

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. A SEGURIDADE SOCIAL..... | 27 |
| 1.1. Evolução histórica da seguridade social | 27 |
| 1.1.1. A assistência pública | 27 |
| 1.1.2. O seguro social | 28 |
| 1.1.3. A seguridade social | 31 |
| 1.1.3.1. Do risco social à necessidade social..... | 34 |
| 1.2. A seguridade social na Constituição Federal de 1988 — Normas Gerais | 34 |
| 1.2.1. Conceito..... | 34 |
| 1.2.2. A relação jurídica de seguridade social | 36 |
| 1.2.3. Princípios..... | 38 |
| 1.2.3.1. Universalidade da cobertura e do atendimento | 38 |
| 1.2.3.1.1. Universalidade da cobertura | 38 |
| 1.2.3.1.2. Universalidade do atendimento..... | 39 |
| 1.2.3.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais..... | 39 |
| 1.2.3.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços | 40 |
| 1.2.3.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios..... | 40 |
| 1.2.3.5. Equidade na forma de participação no custeio..... | 41 |
| 1.2.3.6. Diversidade da base de financiamento | 41 |
| 1.2.3.7. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa. Participação da comunidade..... | 42 |
| 1.2.3.8. A regra da contrapartida..... | 43 |
| 1.3. Fontes do Direito Previdenciário..... | 43 |
| 1.4. Interpretação do Direito Previdenciário | 43 |
| 1.5. Aplicação do Direito Previdenciário | 44 |
| 1.5.1. Aplicação no tempo..... | 44 |
| 1.5.2. Aplicação no espaço | 47 |
| 1.6. Questões..... | 47 |
| 2. O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL..... | 51 |
| 2.1. Normas gerais constitucionais. Financiamento de forma direta e indireta..... | 51 |
| 2.1.1. Competência..... | 51 |
| 2.1.2. Imunidade..... | 52 |
| 2.1.2.1. Imunidade das aposentadorias e pensões do RGPS..... | 52 |
| 2.1.2.2. Imunidade das entidades beneficentes de Assistência Social | 53 |
| 2.1.2.3. Imunidade das receitas decorrentes de exportação | 55 |
| 2.1.3. Anterioridade..... | 55 |
| 2.1.4. Remissão e anistia | 55 |
| 2.1.5. Prescrição e decadência | 56 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.2. Contribuições sociais para o custeio da seguridade social | 59 |
| 2.2.1. Natureza jurídica | 59 |
| 2.2.2. A relação jurídica de custeio | 61 |
| 2.2.2.1. O sujeito ativo | 61 |
| 2.2.2.2. O sujeito passivo | 62 |
| 2.3. Contribuições do empregador, da empresa ou da entidade a ela equiparada | 62 |
| 2.3.1. Alíquotas e bases de cálculo diferenciadas | 62 |
| 2.3.2. O empregador, a empresa e a entidade a ela equiparada | 62 |
| 2.3.3. Contribuições sobre a receita ou o faturamento e o lucro | 63 |
| 2.3.4. Contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho. Regras gerais | 64 |
| 2.3.4.1. Fato gerador | 64 |
| 2.3.4.2. Base de cálculo | 64 |
| 2.3.5. Contribuição das empresas (art. 22, I, do PCSS) | 66 |
| 2.3.6. Contribuição das empresas sobre a remuneração de contribuintes individuais (art. 22, III, do PCSS) | 67 |
| 2.3.7. Contribuição adicional de 2,5% das instituições financeiras (art. 22, § 1º, do PCSS) | 68 |
| 2.3.8. Contribuição adicional ao SAT em razão do grau de risco da atividade preponderante (art. 22, II, do PCSS) | 68 |
| 2.3.8.1. O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) | 69 |
| 2.3.9. Contribuição adicional ao SAT sobre a remuneração de trabalhadores expostos a condições especiais (art. 22, II, do PCSS) | 71 |
| 2.3.10. Contribuição sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho (art. 22, IV, do PCSS) | 71 |
| 2.3.11. Contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial do segurado cooperado que preste serviços à empresa tomados por intermédio de cooperativa de trabalho e de produção (art. 1º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 10.666/2003) .. | 72 |
| 2.3.12. Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional (art. 22, § 6º, do PCSS) | 73 |
| 2.3.13. Contribuição do produtor rural pessoa física, do segurado especial e do consórcio de produtores rurais. Financiamento dos benefícios por acidente do trabalho (arts. 25 e 25-A do PCSS) | 74 |
| 2.3.14. Contribuição da agroindústria. O custeio da aposentadoria especial e dos benefícios por acidente do trabalho (art. 22-A do PCSS) | 75 |
| 2.4. Contribuição do empregador doméstico | 76 |
| 2.5. Contribuição do segurado | 76 |
| 2.5.1. Salário de contribuição. Regras gerais | 76 |
| 2.5.2. Verbas que integram o salário de contribuição: art. 28 do PCSS | 78 |
| 2.5.2.1. Segurado empregado e trabalhador avulso | 78 |
| 2.5.2.2. Segurado empregado doméstico | 79 |
| 2.5.2.3. Segurado contribuinte individual | 79 |
| 2.5.2.4. Segurado facultativo | 79 |
| 2.5.3. Verbas que não integram o salário de contribuição | 79 |
| 2.5.4. Contribuição do segurado empregado e do segurado trabalhador avulso | 80 |
| 2.5.5. Contribuição do segurado empregado doméstico | 82 |
| 2.5.6. Contribuição do segurado contribuinte individual | 83 |
| 2.5.7. Contribuição do segurado facultativo | 84 |
| 2.6. Questões | 86 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3. O DIREITO À SAÚDE | 89 |
| 3.1. Conceito | 89 |
| 3.2. A execução dos serviços de saúde. O SUS | 90 |
| 3.2.1. A participação complementar | 91 |
| 3.2.1.1. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) | 92 |
| 3.2.2. Objetivos | 93 |
| 3.2.3. Atribuições | 93 |
| 3.2.3.1. Vigilância sanitária | 93 |
| 3.2.3.2. Vigilância epidemiológica | 94 |
| 3.2.3.3. A saúde do trabalhador | 94 |
| 3.2.3.4. Assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica | 94 |
| 3.2.3.4.1. Fornecimento de medicamentos | 94 |
| 3.2.3.4.2. Tratamento médico no exterior | 97 |
| 3.2.3.4.3. Cirurgia plástica reparadora | 98 |
| 3.2.3.5. Formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção. O medicamento genérico | 98 |
| 3.2.3.6. Formulação e execução da política de sangue e seus derivados | 98 |
| 3.3. Descentralização da gestão do SUS | 100 |
| 3.4. Planos de saúde | 101 |
| 3.5. Questão | 105 |
| 4. A ASSISTÊNCIA SOCIAL | 107 |
| 4.1. Conceito | 107 |
| 4.2. Financiamento | 109 |
| 4.3. Princípios e diretrizes | 110 |
| 4.4. Organização e gestão | 110 |
| 4.5. Prestações, serviços, programas e projetos de assistência social | 111 |
| 4.5.1. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) | 111 |
| 4.5.2. Benefícios eventuais | 126 |
| 4.5.3. Serviços | 127 |
| 4.5.4. Programas de assistência social e projetos de enfrentamento da pobreza | 127 |
| 4.6. Questões | 128 |
| 5. OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS | 131 |

TÍTULO I

O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.1. Conceito | 132 |
| 5.2. Disciplina constitucional | 133 |
| 5.2.1. Proibição de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria no RGPS | 133 |
| 5.2.2. Renda mensal nunca inferior ao salário mínimo | 133 |
| 5.2.3. Correção de todos os salários de contribuição utilizados para o cálculo da renda mensal do benefício | 134 |
| 5.2.4. Preservação do valor real dos benefícios | 134 |
| 5.2.5. Vedação de filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa filiada a regime próprio de previdência social | 135 |
| 5.2.6. Gratificação natalina para aposentados e pensionistas | 135 |
| 5.2.7. Aposentadoria | 135 |

| | | |
|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.8. | Contagem recíproca para fins de aposentadoria | 136 |
| 5.2.9. | Cobertura do risco de acidente do trabalho | 136 |
| 5.2.10. | Incorporação dos ganhos habituais do empregado | 136 |
| 5.2.11. | Sistema de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda | 137 |
| 5.3. | O Plano de Benefícios da Previdência Social..... | 137 |
| 5.3.1. | Finalidade e princípios básicos. O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) e o Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS)..... | 137 |
| 5.3.2. | Cobertura do Plano de Benefícios..... | 139 |
| 5.3.3. | Os beneficiários: segurados e dependentes..... | 140 |
| 5.3.3.1. | Os segurados..... | 140 |
| 5.3.3.1.1. | Aquisição da qualidade de segurado: filiação e inscrição | 140 |
| 5.3.3.1.2. | Segurados obrigatórios..... | 141 |
| 5.3.3.1.2.1. | Segurado empregado | 142 |
| 5.3.3.1.2.2. | Segurado empregado doméstico | 146 |
| 5.3.3.1.2.3. | Segurado contribuinte individual..... | 148 |
| 5.3.3.1.2.4. | Segurado trabalhador avulso..... | 152 |
| 5.3.3.1.2.5. | Segurado especial..... | 152 |
| 5.3.3.1.3. | Segurados facultativos..... | 157 |
| 5.3.3.1.4. | Manutenção, perda e reaquisição da qualidade de segurado | 159 |
| 5.3.3.1.4.1. | Manutenção da qualidade de segurado: o “período de graça” | 159 |
| 5.3.3.1.4.2. | Perda da qualidade de segurado: consequências | 162 |
| 5.3.3.1.4.3. | Reaquisição da qualidade de segurado | 164 |
| 5.3.3.2. | Os dependentes | 164 |
| 5.3.3.2.1. | Perda da qualidade de dependente | 174 |
| 5.3.4. | Regras aplicáveis às prestações em geral..... | 174 |
| 5.3.4.1. | Períodos de carência | 174 |
| 5.3.4.2. | Dispensa do período de carência | 178 |
| 5.3.4.3. | Contagem do período de carência | 180 |
| 5.3.4.3.1. | Regras gerais | 180 |
| 5.3.4.3.1.1. | Segurado especial..... | 180 |
| 5.3.4.3.1.2. | Servidores públicos titulares apenas de cargo em comissão | 181 |
| 5.3.4.3.1.3. | Período de atividade rural anterior à competência novembro de 1991 ... | 181 |
| 5.3.4.3.1.4. | Recolhimento das contribuições do segurado empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual | 181 |
| 5.3.4.3.1.5. | Recolhimento de contribuições para regime próprio de previdência ... | 181 |
| 5.3.4.3.1.6. | Cômputo do período de recolhimento anterior à perda da qualidade de segurado..... | 182 |
| 5.3.4.3.2. | Para os segurados empregado e trabalhador avulso | 182 |
| 5.3.4.3.3. | Para os segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo | 182 |
| 5.3.4.4. | Cálculo do valor dos benefícios. Salário de benefício, salário de contribuição, Período Básico de Cálculo (PBC) e Fator Previdenciário (FP) | 183 |
| 5.3.4.4.1. | Salário de benefício..... | 189 |
| 5.3.4.4.1.1. | Direito adquirido | 192 |
| 5.3.4.4.1.2. | Salário de benefício das aposentadorias por idade e por tempo de contribuição: regras permanentes | 194 |
| 5.3.4.4.1.3. | Salário de benefício das aposentadorias por idade e por tempo de contribuição: regras de transição..... | 194 |
| 5.3.4.4.1.4. | Salário de benefício das aposentadorias por invalidez e especial, auxílio-doença e auxílio-acidente: regras permanentes | 195 |

| | | |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.3.4.4.1.5. | Salário de benefício das aposentadorias por invalidez e especial: regras de transição..... | 195 |
| 5.3.4.4.1.6. | Salário de benefício das aposentadorias por idade, por tempo de contribuição, por invalidez e especial, auxílio-doença e auxílio-acidente do segurado especial. Regras permanentes: art. 29, § 6º, do PBPS | 196 |
| 5.3.4.4.1.7. | Salário de benefício do contribuinte individual e do facultativo que façam recolhimento trimestral: art. 32, § 10, do RPS | 196 |
| 5.3.4.4.2. | Regras aplicáveis ao salário de benefício..... | 197 |
| 5.3.4.4.2.1. | Piso e teto. Art. 29, § 2º, do PBPS e art. 32, § 3º, do RPS | 197 |
| 5.3.4.4.2.2. | Valores considerados na apuração do salário de benefício. Art. 29, §§ 3º e 4º, do PBPS e art. 32, §§ 4º e 5º, do RPS | 198 |
| 5.3.4.4.2.3. | Benefícios por incapacidade recebidos no PBC: art. 29, § 5º, do PBPS e art. 32, § 6º, do RPS | 200 |
| 5.3.4.4.2.4. | Inexistência de salários de contribuição no PBC..... | 202 |
| 5.3.4.4.2.5. | Aposentadorias precedidas de auxílio-acidente: art. 32, § 8º, do RPS | 202 |
| 5.3.4.4.2.6. | Contribuição em razão de atividades concomitantes: art. 32 do PBPS e art. 34 do RPS | 204 |
| 5.3.4.4.2.7. | Comprovação dos salários de contribuição..... | 205 |
| 5.3.4.4.3. | Renda mensal do benefício..... | 206 |
| 5.3.4.4.3.1. | Reajuste da renda mensal do benefício | 208 |
| 5.3.5. | Benefícios pagos aos segurados trabalhadores urbanos | 211 |
| 5.3.5.1. | Aposentadoria por invalidez..... | 212 |
| 5.3.5.2. | Aposentadoria por idade..... | 219 |
| 5.3.5.2.1. | Regras gerais | 219 |
| 5.3.5.2.2. | Regras permanentes: segurados que ingressaram no RGPS após a publicação da Lei n. 8.213/91 | 223 |
| 5.3.5.2.3. | Regras de transição: segurados que ingressaram no RGPS antes da publicação do PBPS (25.07.1991) | 225 |
| 5.3.5.3. | Aposentadoria por tempo de contribuição | 227 |
| 5.3.5.3.1. | Regras gerais | 227 |
| 5.3.5.3.1.1. | Qualidade de segurado..... | 227 |
| 5.3.5.3.1.2. | A EC 20/98 e o direito adquirido..... | 228 |
| 5.3.5.3.1.3. | Aposentadoria proporcional..... | 228 |
| 5.3.5.3.1.4. | Períodos computados para fins de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição | 230 |
| 5.3.5.3.1.4.1. | Contribuinte individual | 231 |
| 5.3.5.3.1.4.2. | O tempo de serviço militar..... | 232 |
| 5.3.5.3.1.4.3. | O tempo intercalado em que o segurado esteve em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade | 232 |
| 5.3.5.3.1.4.4. | O tempo de contribuição como segurado facultativo..... | 232 |
| 5.3.5.3.1.4.5. | O tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal | 232 |
| 5.3.5.3.1.4.6. | O tempo de serviço público prestado à administração federal direta e autarquias federais, bem como às estaduais, do Distrito Federal e municipais, quando aplicada a legislação que autorizou a contagem recíproca do tempo de contribuição | 232 |

| | | |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.3.5.3.1.4.7. | O tempo de contribuição do servidor público da União, ocupante de cargo em comissão..... | 233 |
| 5.3.5.3.1.4.8. | O período em que a segurada esteve recebendo salário-maternidade..... | 233 |
| 5.3.5.3.1.4.9. | O tempo de serviço do trabalhador rural anterior à vigência do PBPS..... | 233 |
| 5.3.5.3.1.5. | Comprovação do tempo de serviço/contribuição..... | 233 |
| 5.3.5.3.1.5.1. | O Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)..... | 233 |
| 5.3.5.3.1.5.2. | Prova documental..... | 234 |
| 5.3.5.3.1.5.3. | Início de prova material..... | 236 |
| 5.3.5.3.1.5.4. | Justificação administrativa ou judicial..... | 240 |
| 5.3.5.3.1.5.5. | Ação declaratória de tempo de serviço..... | 240 |
| 5.3.5.3.2. | Regras permanentes: segurados que ingressaram no RGPS após a data da promulgação da EC 20/98..... | 241 |
| 5.3.5.3.3. | Regras de transição decorrentes da EC 20/98: segurados que ingressaram no RGPS a partir da vigência do PBPS e antes da EC 20/98, mas ainda não tinham cumprido todos os requisitos para se aposentarem na data da promulgação. Tempo de serviço/contribuição, idade mínima, “pedágio” e aposentadoria proporcional..... | 242 |
| 5.3.5.3.3.1. | O art. 4º da EC 20/98..... | 242 |
| 5.3.5.3.3.2. | O art. 9º, <i>caput</i> , da EC 20/98..... | 243 |
| 5.3.5.3.3.3. | Aposentadoria proporcional..... | 244 |
| 5.3.5.3.4. | Regras de transição decorrentes do PBPS: segurados que ingressaram no RGPS antes da vigência do PBPS, mas ainda não tinham completado todos os requisitos para se aposentarem na data da promulgação da EC 20/98..... | 245 |
| 5.3.5.4. | Aposentadoria do professor..... | 246 |
| 5.3.5.4.1. | Histórico..... | 246 |
| 5.3.5.4.2. | Regras permanentes: professores que se filiaram ao RGPS a partir da vigência da EC 20/98..... | 248 |
| 5.3.5.4.3. | Regras de transição: professores que ingressaram no RGPS antes da vigência da EC 20/98, mas não haviam cumprido os requisitos para a aposentadoria..... | 249 |
| 5.3.5.5. | Aposentadoria especial..... | 251 |
| 5.3.5.5.1. | Histórico..... | 251 |
| 5.3.5.5.2. | Comprovação do tempo de serviço/contribuição especial..... | 263 |
| 5.3.5.5.3. | O agente “ruído”..... | 265 |
| 5.3.5.5.4. | Conversão do tempo de serviço/contribuição especial para comum..... | 265 |
| 5.3.5.5.5. | A atividade de professor..... | 266 |
| 5.3.5.5.6. | A configuração atual da aposentadoria especial..... | 266 |
| 5.3.5.6. | Auxílio-doença..... | 269 |
| 5.3.5.7. | Salário-família..... | 273 |
| 5.3.5.8. | Salário-maternidade..... | 277 |
| 5.3.5.9. | Auxílio-acidente..... | 283 |
| 5.3.5.10. | Acidente do trabalho..... | 291 |
| 5.3.5.10.1. | Histórico..... | 291 |
| 5.3.5.10.2. | Conceito..... | 293 |
| 5.3.5.10.3. | Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)..... | 298 |
| 5.3.5.10.4. | Cobertura..... | 298 |
| 5.3.5.10.5. | Competência para o julgamento das ações acidentárias..... | 298 |
| 5.3.5.10.6. | Ação regressiva contra os responsáveis pelo acidente do trabalho..... | 299 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.3.6. Benefícios devidos aos dependentes | 300 |
| 5.3.6.1. Pensão por morte | 301 |
| 5.3.6.1.1. Histórico | 301 |
| 5.3.6.1.2. Lei n. 8.213, de 24.07.1991 (PBPS). Requisitos atuais..... | 306 |
| 5.3.6.2. Auxílio-reclusão | 320 |
| 5.3.6.2.1. Histórico | 320 |
| 5.3.6.2.2. Lei n. 8.213/91 (PBPS). Requisitos atuais..... | 322 |
| 5.3.7. Do benefício devido ao segurado, rural ou urbano, e ao dependente. Abono anual | 327 |
| 5.3.8. Serviços devidos ao segurado e ao dependente | 329 |
| 5.3.8.1. Histórico | 329 |
| 5.3.8.2. Serviço social | 329 |
| 5.3.8.3. Habilitação e reabilitação profissional | 330 |
| 5.3.9. Contagem recíproca de tempo de serviço/contribuição..... | 332 |
| 5.3.9.1. Histórico | 332 |
| 5.3.9.2. Conceito | 337 |
| 5.3.9.3. Regras gerais..... | 338 |
| 5.3.9.3.1. Tempo de atividade em condições especiais..... | 338 |
| 5.3.9.3.2. Tempo de atividades concomitantes | 339 |
| 5.3.9.3.3. Períodos já computados para concessão de aposentadoria em outro regime..... | 339 |
| 5.3.9.3.4. Pagamento das contribuições | 340 |
| 5.3.9.3.5. Cálculo das contribuições previdenciárias anteriores para fins de contagem recíproca..... | 342 |
| 5.4. Decadência e prescrição | 344 |
| 5.4.1. Decadência e prescrição para o segurado ou beneficiário..... | 346 |
| 5.4.1.1. Decadência..... | 346 |
| 5.4.1.2. Prescrição | 347 |
| 5.4.2. Decadência e prescrição para o INSS | 348 |
| 5.5. Cumulação de benefícios | 348 |
| 5.5.1. Histórico | 348 |
| 5.5.2. Lei n. 8.213/91 (PBPS). Regras atuais | 349 |
| 5.6. Desaposentação..... | 350 |
| 5.6.1. Introdução | 350 |
| 5.6.2. Conceito..... | 351 |
| 5.6.3. O princípio da legalidade | 351 |
| 5.6.4. A devolução dos valores recebidos no período de gozo da aposentadoria..... | 358 |
| 5.7. O regime previdenciário dos trabalhadores rurais | 359 |
| 5.7.1. Histórico | 359 |
| 5.7.2. Benefícios devidos ao segurado trabalhador rural..... | 370 |
| 5.7.2.1. Regras gerais..... | 370 |
| 5.7.2.1.1. Benefícios devidos ao trabalhador rural segurado empregado, avulso, contribuinte individual ou facultativo e aos seus dependentes..... | 371 |
| 5.7.2.1.2. Benefícios devidos ao trabalhador rural segurado especial e aos seus dependentes | 371 |
| 5.7.3. Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença | 372 |
| 5.7.4. Aposentadoria por idade | 373 |
| 5.7.4.1. Regras permanentes: trabalhadores rurais que ingressaram no RGPS após a promulgação da CF de 1988 | 376 |
| 5.7.4.1.1. A aposentadoria por idade introduzida pela Lei n. 11.718/2008..... | 381 |

| | | |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.7.4.2. | Regras de transição: segurados que exerciam atividade rural antes da publicação do PBPS (25.07.1991) | 381 |
| 5.7.5. | Aposentadoria por tempo de contribuição | 385 |
| 5.7.5.1. | Regras gerais..... | 385 |
| 5.7.5.1.1. | Qualidade de segurado..... | 385 |
| 5.7.5.1.2. | A EC 20/98 e o direito adquirido..... | 385 |
| 5.7.5.1.3. | Períodos de trabalho rural computados para fins de aposentadoria por tempo de contribuição | 386 |
| 5.7.5.1.3.1. | Atividade rural exercida a partir da vigência da Lei n. 8.213/91..... | 386 |
| 5.7.5.1.3.2. | Atividade rural exercida antes da vigência da Lei n. 8.213/91 | 386 |
| 5.7.5.1.4. | Comprovação da atividade rural | 387 |
| 5.7.5.1.4.1. | Início de prova material | 388 |
| 5.7.5.2. | Regras permanentes: segurados que ingressaram no RGPS após a data da promulgação da EC 20/98 | 391 |
| 5.7.5.3. | Regras de transição decorrentes da EC 20/98..... | 392 |
| 5.7.5.4. | Regras de transição decorrentes do PBPS..... | 392 |
| 5.7.6. | Salário-maternidade..... | 393 |
| 5.7.7. | Auxílio-acidente..... | 396 |
| 5.7.8. | Benefícios devidos aos dependentes do segurado trabalhador rural | 396 |
| 5.7.8.1. | Histórico | 396 |
| 5.7.8.2. | Pensão por morte | 397 |
| 5.7.9. | Auxílio-reclusão..... | 398 |
| 5.8. | Questões | 398 |

TÍTULO II

O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

| | | |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.9. | Evolução histórica..... | 414 |
| 5.10. | Disciplina constitucional | 425 |
| 5.10.1. | Competência legislativa..... | 425 |
| 5.10.2. | Princípios | 426 |
| 5.10.2.1. | Solidariedade..... | 426 |
| 5.10.2.2. | Equilíbrio financeiro e atuarial..... | 426 |
| 5.10.2.3. | Princípio da unicidade de regime e gestão..... | 427 |
| 5.10.3. | Aplicação subsidiária das normas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)..... | 427 |
| 5.10.4. | Beneficiários | 427 |
| 5.10.5. | Benefícios | 430 |
| 5.10.6. | Proibição de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria | 432 |
| 5.10.7. | Proibição de proventos de aposentadorias e pensões superiores aos subsídios da atividade: extinção da integralidade..... | 432 |
| 5.10.8. | Proibição de mais de uma aposentadoria dentro do RPSP | 434 |
| 5.10.9. | Preservação do valor real dos benefícios: extinção da paridade | 435 |
| 5.10.10. | Contagem recíproca de tempo de serviço/contribuição (art. 40, § 9º, e art. 201, § 9º) | 436 |
| 5.10.11. | Aproveitamento das contribuições pagas ao RGPS | 436 |
| 5.10.12. | Limitação dos proventos da inatividade..... | 436 |
| 5.10.13. | Proibição de contagem de tempo fictício | 436 |
| 5.10.14. | Possibilidade de fixação do valor máximo dos benefícios correspondente ao dos benefícios do RGPS. O regime de previdência complementar dos servidores públicos | 437 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.11. Normas gerais | 438 |
| 5.11.1. Equilíbrio financeiro e atuarial..... | 438 |
| 5.11.1.1. Organização | 438 |
| 5.11.1.2. Número mínimo de segurados | 438 |
| 5.11.1.3. Exclusividade para servidores públicos titulares de cargos efetivos, militares e dependentes | 438 |
| 5.11.2. Vinculação do servidor cedido ao regime de origem | 439 |
| 5.11.3. O custeio dos regimes previdenciários próprios dos servidores públicos | 439 |
| 5.11.3.1. Contribuição dos entes federativos: piso e teto | 439 |
| 5.11.3.2. Responsabilidade subsidiária dos entes federativos | 439 |
| 5.11.3.3. Alíquotas de contribuição | 439 |
| 5.11.4. Plano de benefícios..... | 440 |
| 5.11.5. Fundos previdenciários | 440 |
| 5.12. Benefícios devidos aos segurados do regime próprio de previdência dos servidores públicos | 440 |
| 5.12.1. Aposentadoria..... | 440 |
| 5.12.1.1. A Emenda Constitucional n. 20/98 | 442 |
| 5.12.1.1.1. Regras permanentes | 443 |
| 5.12.1.1.1.1. Aposentadoria por invalidez permanente | 444 |
| 5.12.1.1.1.2. Aposentadoria compulsória..... | 445 |
| 5.12.1.1.1.3. Aposentadoria por tempo de contribuição..... | 445 |
| 5.12.1.1.1.4. Aposentadoria do professor..... | 446 |
| 5.12.1.1.1.5. Aposentadoria por idade | 446 |
| 5.12.1.1.1.6. Aposentadoria especial | 447 |
| 5.12.1.1.1.6.1. A Orientação Normativa SRH/MPOG n. 10, de 05.11.2010..... | 448 |
| 5.12.1.1.1.6.2. A Instrução Normativa MPS/SPS n. 1, de 22.07.2010..... | 450 |
| 5.12.1.1.2. Regras de transição | 452 |
| 5.12.1.1.2.1. Aposentadoria por tempo de contribuição..... | 454 |
| 5.12.1.1.2.2. Aposentadoria por tempo de contribuição dos magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas | 454 |
| 5.12.1.1.2.3. Aposentadoria do professor..... | 454 |
| 5.12.1.2. A Emenda Constitucional n. 41, de 19.12.2003 | 455 |
| 5.12.1.2.1. Regras permanentes | 456 |
| 5.12.1.2.1.1. Cálculo do valor dos benefícios do RPSP..... | 456 |
| 5.12.1.2.1.2. Reajustes dos proventos: fim da regra da paridade..... | 457 |
| 5.12.1.2.2. Regras de transição | 458 |
| 5.12.1.2.2.1. Regras de transição do art. 2º da EC 41/2003..... | 458 |
| 5.12.1.2.2.2. Regras de transição do art. 6º da EC 41/2003. A integralidade dos proventos..... | 460 |
| 5.12.1.3. A Emenda Constitucional n. 47/2005..... | 461 |
| 5.12.1.3.1. Aposentadoria especial | 461 |
| 5.12.1.3.2. Regras de transição | 462 |
| 5.12.1.3.2.1. Aposentadoria por tempo de contribuição..... | 462 |
| 5.12.1.4. Situação atual das aposentadorias voluntárias do regime próprio dos servidores públicos | 463 |
| 5.12.1.4.1. Regras permanentes: para os que ingressaram no serviço público após 31.12.2003 | 463 |
| 5.12.1.4.2. Regras de transição: aplicáveis aos que ingressaram até 15.12.1998 | 464 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.12.1.4.3. Regras de transição: para os que ingressaram até 31.12.2003, na forma do art. 3º da EC 47/2005, que não optem por se aposentar na forma do item 5.12.1.4.2, letra b, <i>supra</i> | 465 |
| 5.12.1.5. As alterações constitucionais e o direito adquirido dos servidores públicos .. | 466 |
| 5.12.2. Licença-gestante | 467 |
| 5.12.3. Salário-família..... | 467 |
| 5.12.4. Abono de permanência em serviço | 468 |
| 5.13. Benefícios devidos aos dependentes dos segurados do regime próprio de previdência dos servidores públicos | 470 |
| 5.13.1. Pensão por morte | 470 |
| 5.13.2. Auxílio-reclusão | 474 |
| 5.14. O financiamento do regime previdenciário dos servidores públicos | 475 |
| 5.14.1. Contribuição dos servidores públicos em atividade..... | 475 |
| 5.14.2. Contribuição dos inativos e pensionistas | 477 |
| 5.14.3. Contribuição dos inativos e pensionistas portadores de doenças incapacitantes.. | 481 |
| 5.15. A Previdência Complementar dos servidores públicos | 482 |
| 5.15.1. Competência legislativa | 483 |
| 5.15.2. Características | 483 |
| 5.15.2.1. Caráter facultativo | 483 |
| 5.15.2.2. Entidades fechadas de natureza pública..... | 483 |
| 5.15.3. Beneficiários | 484 |
| 5.16. Questões..... | 485 |

TÍTULO III

O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.17. Histórico..... | 485 |
| 5.18. Os membros das Forças Armadas | 487 |
| 5.19. Transferência para a inatividade remunerada..... | 488 |
| 5.20. Dependentes do servidor militar integrante das Forças Armadas. A pensão militar | 489 |
| 5.20.1. Concessão, valor, perda e reversão da pensão militar. Hipóteses de acumulação.. | 491 |
| 5.20.2. Contribuição para custeio da pensão militar..... | 492 |

TÍTULO IV

O REGIME PRIVADO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

| | |
|------------------------------------------------------|-----|
| 5.21. Introdução | 492 |
| 5.22. Natureza jurídica..... | 493 |
| 5.22.1. Caráter complementar | 494 |
| 5.22.2. Autonomia | 494 |
| 5.22.3. Facultatividade: natureza contratual | 496 |
| 5.22.4. Constituição de reservas..... | 497 |
| 5.22.5. Disciplina por lei complementar | 497 |
| 5.23. Normas gerais | 497 |
| 5.23.1. A atuação do Poder Público | 498 |
| 5.23.2. Os planos de benefícios | 498 |
| 5.23.2.1. Tipos de planos..... | 499 |
| 5.23.3. Fiscalização | 499 |
| 5.23.4. Intervenção e liquidação extrajudicial | 500 |
| 5.23.5. Regime disciplinar..... | 502 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.24. Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) | 502 |
| 5.24.1. Relação jurídica | 503 |
| 5.24.2. Planos de benefícios | 503 |
| 5.25. Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Fundos de Pensão) (EFPC) | 504 |
| 5.25.1. Natureza jurídica contratual, desvinculada do contrato de trabalho | 504 |
| 5.25.2. Relação jurídica | 505 |
| 5.25.3. Planos de benefícios | 506 |
| 5.25.3.1. Benefício Proporcional Diferido (BPD) | 506 |
| 5.25.3.2. Portabilidade | 506 |
| 5.25.3.3. Resgate | 506 |
| 5.25.3.4. Autopatrocínio | 507 |
| 5.25.4. Financiamento dos fundos de pensão | 507 |
| 5.26. Questão | 509 |
| 6. OS BENEFÍCIOS DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL | 511 |
| 6.1. Introdução | 511 |
| 6.2. Pensão mensal vitalícia para os seringueiros (“soldados da borracha”) | 511 |
| 6.3. O ex-combatente | 514 |
| 6.3.1. Aposentadoria especial do ex-combatente | 515 |
| 6.3.2. Pensão especial do ex-combatente e dependentes | 516 |
| 6.4. Pensão especial para dependentes das vítimas fatais de hepatite tóxica (Síndrome da Hemodiálise de Caruaru) | 517 |
| 6.5. Pensão especial vitalícia — Síndrome da Talidomida | 518 |
| 6.6. Pensão especial às vítimas do acidente nuclear ocorrido em Goiânia-GO | 522 |
| 6.7. Indenização especial de anistiado | 523 |
| 6.8. Questões | 526 |
| 7. OS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL | 527 |
| 7.1. Introdução | 527 |
| 7.2. Conceito | 528 |
| 7.3. Os crimes em espécie | 530 |
| 7.3.1. Apropriação indébita previdenciária | 530 |
| 7.3.1.1. Conceito | 530 |
| 7.3.1.2. Classificação | 535 |
| 7.3.1.3. <i>Abolitio criminis</i> | 536 |
| 7.3.1.4. Figuras equiparadas: o § 1º do art. 168-A | 536 |
| 7.3.1.5. Extinção da punibilidade | 537 |
| 7.3.1.5.1. Pagamento do montante integral | 537 |
| 7.3.1.5.1.1. Parcelamento, REFIS I e REFIS II (PAES) | 537 |
| 7.3.1.5.2. Perdão judicial | 539 |
| 7.3.1.5.3. Anistia | 540 |
| 7.3.1.6. Condição objetiva de punibilidade: a Súmula Vinculante 24 do STF | 542 |
| 7.3.1.7. Continuidade delitiva | 543 |
| 7.3.2. Sonegação de contribuição previdenciária | 544 |
| 7.3.2.1. Conceito | 545 |
| 7.3.2.2. Classificação | 546 |
| 7.3.2.3. Causa especial de diminuição de pena | 547 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.3.2.4. Transação penal. Suspensão condicional do processo | 547 |
| 7.3.2.5. Extinção da punibilidade..... | 548 |
| 7.3.2.6. Condição objetiva de punibilidade: a Súmula Vinculante 24 do STF | 548 |
| 7.3.3. Falsidade documental previdenciária..... | 549 |
| 7.3.3.1. Conceito | 550 |
| 7.3.3.2. Classificação..... | 551 |
| 7.3.3.3. Peculiaridades..... | 552 |
| 7.3.3.4. Concurso de crimes | 552 |
| 7.3.3.5. Extinção da punibilidade do crime-fim | 553 |
| 7.3.4. Estelionato previdenciário..... | 554 |
| 7.3.4.1. Conceito | 554 |
| 7.3.4.2. Classificação..... | 556 |
| 7.3.4.3. Questão controvertida..... | 557 |
| 7.3.5. Inserção de dados falsos em sistema de informações..... | 558 |
| 7.3.5.1. Conceito | 558 |
| 7.3.5.2. Classificação..... | 560 |
| 7.3.6. Da modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações | 560 |
| 7.3.6.1. Conceito | 561 |
| 7.3.6.2. Classificação..... | 562 |
| 7.3.6.3. Causa especial de aumento de pena | 562 |
| 7.3.6.4. Transação penal. Suspensão condicional do processo | 562 |
| 7.4. Questões..... | 564 |

8. O PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO 567

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.1. Introdução | 567 |
| 8.2. A competência da Justiça Federal. Regras gerais..... | 567 |
| 8.3. Competência para o processamento das ações previdenciárias. Competência delegada. Juizados Especiais Federais. Acidente do trabalho. Mandado de segurança | 571 |
| 8.3.1. Competência da Justiça Federal. Regra geral | 571 |
| 8.3.2. Competência delegada..... | 571 |
| 8.3.2.1. Vara Federal da Capital e Vara Federal do domicílio do autor: competência relativa. Súmula 689 do STF | 573 |
| 8.3.2.2. Vara Federal sediada na Comarca e domicílio do autor na sede da Comarca. Competência absoluta..... | 575 |
| 8.3.2.3. Domicílio do autor em município que não é sede de Vara Federal. Ação ajuizada na Justiça Estadual de outro município que também não é sede de Vara Federal..... | 575 |
| 8.3.2.4. Competência para julgamento dos recursos..... | 576 |
| 8.3.3. Juizado Especial Federal. Competência absoluta | 577 |
| 8.3.3.1. Juizado Especial Federal e Vara Federal | 578 |
| 8.3.3.2. Juizado Especial Federal e Justiça Estadual | 579 |
| 8.3.4. As ações de acidente do trabalho. Benefícios previdenciários | 580 |
| 8.3.5. Mandados de segurança | 581 |
| 8.4. Declaração de incompetência. A Súmula 33 do STJ..... | 583 |
| 8.5. Conflitos de competência | 583 |
| 8.6. O prévio requerimento administrativo | 586 |
| 8.7. Procedimento comum | 588 |
| 8.7.1. Valor da causa..... | 588 |

| | | |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.7.2. | A antecipação de tutela. Concessão de ofício | 590 |
| 8.7.3. | A correção monetária e os juros de mora | 593 |
| 8.7.4. | Os honorários de sucumbência. A Súmula 111 do STJ..... | 595 |
| 8.7.5. | Custas. Despesas processuais. A justiça gratuita..... | 598 |
| 8.7.5.1. | A justiça gratuita..... | 598 |
| 8.7.5.2. | A isenção de custas..... | 600 |
| 8.8. | Procedimento dos Juizados Especiais Federais | 601 |
| 8.8.1. | Aplicação subsidiária da Lei n. 9.099/95 e do Código de Processo Civil | 601 |
| 8.8.2. | Competência..... | 602 |
| 8.8.3. | Princípios. Oralidade. Simplicidade. Informalidade. Economia processual. Celeridade. Justiça gratuita. A busca da conciliação e transação..... | 604 |
| 8.8.3.1. | Oralidade | 604 |
| 8.8.3.2. | Simplicidade e informalidade..... | 604 |
| 8.8.3.3. | Economia processual..... | 605 |
| 8.8.3.4. | Celeridade | 605 |
| 8.8.3.5. | Custas. Honorários periciais. Justiça gratuita | 606 |
| 8.8.3.6. | Conciliação | 607 |
| 8.8.4. | Valor da causa..... | 608 |
| 8.8.5. | Medida cautelar. Antecipação da tutela. Concessão de ofício..... | 610 |
| 8.8.6. | O advogado. Representante para a causa. Honorários de sucumbência | 611 |
| 8.8.7. | Os prazos | 615 |
| 8.8.8. | A sentença líquida | 616 |
| 8.8.9. | Recursos. A remessa oficial | 617 |
| 8.8.9.1. | Recurso de decisão. Mandado de segurança contra ato judicial..... | 619 |
| 8.8.9.2. | Recurso de sentença..... | 620 |
| 8.8.9.3. | Remessa Oficial | 621 |
| 8.8.9.4. | Embargos de Declaração | 621 |
| 8.8.10. | Incidente de Uniformização..... | 621 |
| 8.8.10.1. | Incidente de Uniformização Regional..... | 623 |
| 8.8.10.2. | Incidente de Uniformização Nacional | 624 |
| 8.8.10.3. | Incidente de Uniformização no STJ..... | 624 |
| 8.8.11. | Recurso Especial. Recurso Extraordinário..... | 625 |
| 8.8.12. | Ação rescisória | 626 |
| 8.9. | A prova no Direito Previdenciário..... | 627 |
| 8.9.1. | A prova do tempo de serviço/contribuição. <i>Tempus regit actum</i> . Início de prova material..... | 628 |
| 8.9.2. | O exercício de atividades de natureza especial..... | 631 |
| 8.9.3. | Incapacidade. Prova técnica..... | 632 |
| 8.9.4. | Benefício assistencial. Prova técnica. Laudo social..... | 632 |
| 8.10. | Recursos..... | 633 |
| 8.10.1. | Apelação. Efeitos..... | 633 |
| 8.10.2. | Reexame necessário | 634 |
| 8.10.3. | Recursos para os Tribunais Superiores. Vedação do reexame de provas. Requisitos. Prequestionamento. Efeitos..... | 636 |
| 8.10.3.1. | Recurso Especial. Recursos Especiais Repetitivos..... | 639 |
| 8.10.3.2. | Recurso Extraordinário. A repercussão geral | 644 |
| 8.11. | Ação rescisória..... | 650 |
| 8.11.1. | A coisa julgada | 651 |
| 8.11.2. | Competência..... | 653 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 8.11.3. Prazo. Decadência | 655 |
| 8.11.4. Legitimidade. Os sucessores processuais | 659 |
| 8.11.5. Valor da causa..... | 660 |
| 8.11.6. Custas processuais. Depósito prévio. Honorários de sucumbência. Justiça gratuita..... | 661 |
| 8.11.7. Intervenção do Ministério Público Federal..... | 661 |
| 8.11.8. Medida cautelar e antecipação de tutela | 661 |
| 8.11.9. Objeto | 662 |
| 8.11.10. Juízo rescindente e juízo rescisório..... | 662 |
| 8.11.11. Hipóteses de cabimento. Art. 485 do Código de Processo Civil. Causa de pedir.. | 663 |
| 8.11.11.1. Sentença resultante de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida (art. 485, III)..... | 664 |
| 8.11.11.2. Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)..... | 668 |
| 8.11.11.3. Violação de literal disposição de lei (art. 485, V). A Súmula 343 do STF.. | 670 |
| 8.11.11.4. Prova falsa (art. 485, VI)..... | 674 |
| 8.11.11.5. Documento novo (art. 485, VII)..... | 676 |
| 8.11.11.6. Erro de fato (art. 485, IX)..... | 679 |
| 8.12. Questões | 682 |

| | |
|--------------------------|------------|
| REFERÊNCIAS | 687 |
|--------------------------|------------|